

---

NUNO PORTO

Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências  
e Tecnologia da Universidade de Coimbra

---

## Reflexões Antropológicas: Um percurso bibliográfico

---

149

*Partindo de um entendimento da Antropologia como uma ciência interpretativa, leva-se a efeito um breve percurso bibliográfico por alguns textos importantes para a discussão contemporânea. As várias propostas equacionadas têm em comum a re-*

*lorização da reflexividade como ponto de partida para uma renovada consciência epistemológica atenta aos diversos níveis de complexidade que acompanham o trabalho do antropólogo.*

O

trabalho de Atkinson, *The Ethnographic Imagination* (1990), relançou a questão da reflexividade no campo da textualidade do trabalho sociológico:

Em princípio, a noção de reflexividade reconhece que os textos não se reportam, transparente e simplesmente, a uma ordem independente da realidade. Pressupõe antes que os próprios textos estão implicados no trabalho de construção da realidade. Este princípio aplica-se [...] também aos textos do analista social. (Atkinson, 1990:7)

O autor chama a atenção para os precedentes desta abordagem no domínio da antropologia, numa síntese que exclui textos fundadores da questão, eventualmente mais distantes do leitor de sociologia. Sendo estudos fundamentais para uma compreensão das dimensões plurais abertas pela abordagem reflexiva, pretendo debruçar-me sobre alguns dos seus aspectos mais relevantes, percorrendo textos centrais no domínio da antropologia, não visando mais que fornecer uma bibliografia comentada (mas não exaustiva) sobre o assunto.

1. Deve-se a Clifford Geertz uma primeira tentativa de integrar na produção do conhecimento antropológico a consciência do papel da escrita etnográfica como formativa desse conhecimento. Advogando a ideia segundo a qual qualquer ciência se pode definir a partir daquilo que os seus praticantes fazem, Geertz elabora o seu argumento baseando-se no facto de os antropólogos escreverem etnografias sendo estas construções intelectuais de outras construções elaboradas pelas pessoas componentes da população em estudo:

[...] aquilo a que chamamos os nossos dados são realmente as nossas próprias construções das construções de outras pessoas sobre aquilo que elas e os seus compatriotas fazem. (Geertz, 1973:9)

É, pois, necessário abandonar a ideia de etnografia como mera colecção de dados dispersos pelo terreno à espera que o antropólogo chegue para os recolher, assumindo que “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito — distante, apagado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, mas escrito não no grafismo convencionalizado correspondente a sons mas em exemplos transitórios de comportamento formal.” (*idem*: 10).

O mote está dado: se o trabalho do antropólogo e, em última análise, o conhecimento antropológico, está intrinsecamente ligado à escrita etnográfica e se a escrita etnográfica constitui um exercício de interpretação cultural, é então insustentável manter a ideia de cultura como algo directamente observável — o corte com uma perspectiva positivista da antropologia está feito:

O conceito de cultura que perfilho [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, com Max Weber, que o homem é um animal suspenso em teias de significação que ele próprio teceu, tomo a cultura como sendo essas teias e a sua análise como sendo, conseqüentemente, não uma ciência experimental na procura de leis, mas uma ciência interpretativa na procura de significados. (*idem*: 5)

Segundo esta perspectiva, o ponto de partida de uma abordagem reflexiva em antropologia não se situa ao nível das “representações textuais” da cultura ou sociedade mas radica no problema epistemológico da indissociabilidade entre a teoria e a descrição etnográfica. Nesta problematização, conseqüentemente, o “método de trabalho de campo e observação participante” herdado de Malinowski (1987

[1922]) torna-se central no questionamento sistemático da natureza do conhecimento antropológico.

2. O solitário e elegante ensaio de Rabinow (1977) sobre o seu trabalho de campo em Marrocos vai permitir redefinir algumas implicações do “método de trabalho de campo e observação participante” no processo de conhecimento antropológico. Sobretudo a sua percepção como legitimador da autoridade do antropólogo é definitivamente removida. É quase irresistível uma comparação deste texto assumidamente experimental com os diários íntimos de Malinowski da sua estadia nas Trobriand, cedidos aos editores pela viúva. Exilando o cientista de si próprio, Malinowski utilizava estes cadernos como refúgio do seu desgaste, do seu cansaço, das suas desilusões, das suas paixões, pequenas descobertas ou alegrias acidentais. Através deles, o autor subtraiu ao trabalho de campo e ao antropólogo que o pratica a dimensão experiencial, subjectiva e inteiramente humana que ele implica, para construir uma ficção metodológica suficientemente credível para se tornar num marco da antropologia moderna.

O percurso de Rabinow situa-se nos antípodas desta atitude, tornando o processo de formação de conhecimento no trabalho de campo o próprio objecto etnográfico, conduzindo o leitor através do seu próprio percurso dos Estados Unidos a Marrocos e de novo para os Estados Unidos ao longo do qual partilha uma decomposição do método de trabalho de campo; nela, um pouco segundo as contingências da sua experiência, os diferentes processos de inquérito são reconstruídos de acordo com uma posição interventiva do antropólogo nesses processos; o trabalho de campo perde o seu observador neutro para ganhar um agente conscientemente interactivo, dinamizador de um processo cultural:

O trabalho de campo é uma dialéctica entre a reflexão e o imediato. Ambos são construções culturais. As nossas categorias científicas ajudam-nos a reconhecer, descrever e desenvolver áreas de inquérito. Mas uma pessoa não se pode envolver em questionar e redefinir vinte e quatro horas por dia. A perspectiva científica sobre o mundo é difícil de sustentar. No terreno há menos pontos de apoio; a vida quotidiana muda mais rapidamente que o que mudaria em casa. Há uma dialéctica acelerada entre o reconhecimento de novas experiências e a sua normalização. (Rabinow, 1977:38)

A reconstrução do trabalho de campo como um processo dialéctico implica uma reapreciação do inquérito cultural e da natureza dos factos culturais:

Cultura é interpretação. Os “factos” da antropologia, os materiais que o antropólogo foi para o terreno procurar, são já, eles próprios, interpretações. O dado mais básico está já culturalmente mediatizado pelas pessoas cuja cultura nós, como antropólogos, viemos explorar. Os factos são feitos — a palavra vem do Latim *factum*, “feito” — e os factos que interpretamos são feitos e refeitos. (*idem*:150)

Esta percepção da noção de cultura é anterior à escrita etnográfica: ela inscreve-se no trabalho de campo, na sua natureza interactiva enquanto experiência humana de comunicação:

Durante o período de trabalho de campo, deve ser desenvolvido um sistema de símbolos partilhados se este processo de formação de um objecto — através da auto-reflexão, auto-objectivação, apresentação e posterior explicação — é para ser continuado. [...] Este processo de informação [...] decorre não num laboratório mas na interacção interpessoal. É intersubjectivo, entre sujeitos. No seu melhor é parcial e ténue. [...] A maior parte do tempo do antropólogo é gasta à espera dos informantes, em passeios errantes, a beber chá, a fazer genealogias, a mediar conflitos, a ser importunado com excursões, e a tentar, em vão, pequenas conversas — tudo na cultura de outrem. A inadequação da sua compreensão das coisas é incessantemente trazida à superfície e publicitada. (*idem*: 154)

É necessário reter do texto de Rabinow a sua equivalência, para a abordagem reflexiva, ao texto de Malinowski (1987) relativamente à antropologia funcionalista. O discurso sobre o método de trabalho de campo volta a marcar uma nova fase na história da antropologia como é, magistralmente, sugerido por Stocking (1983), num texto estranhamente ignorado por Atkinson.

3. Stocking regressa a Malinowski e ao método de trabalho de campo para argumentar que a proposta deste autor se funda, simultaneamente, no método, escrita etnográfica e teoria antropológica. As inovações do método devem ser contrastadas com as práticas a-sistemáticas de recolha de informação etnográfica e, particularmente, com a divisão do trabalho científico em recolha de dados, por um lado, e sua análise, por outro. Malinowski separa o antropólogo da sua cadeira de braços e expulsa-o do

gabinete: só a residência permanente ao longo de cerca de um ano junto dos nativos propiciará um relacionamento natural pela participação na vida quotidiana da aldeia. O etnógrafo deveria acordar cada dia para viver um dia semelhante ao do nativo (Malinowski, 1987: 7). Esta experiência do quotidiano deveria ser orientada pela teoria: “O trabalho de campo assenta inteiramente na inspiração da teoria” (*idem*: 9). A teoria permitiria conferir ordem ao universo local segundo os objectivos da análise, que seria depois ilustrada com os imponderáveis da vida quotidiana, narrativas típicas, interjeições características, de forma a sugerir ao leitor para uma compreensão do “[...] ponto de vista nativo, a sua relação com a vida, apreender a sua visão do seu mundo” (*idem*: 25). A evocação de uma imagem verdadeira da vida tribal constituiria, neste caso, a magia do etnógrafo, ou seja, a sua capacidade (poética dir-se-ia) de evocação de uma imagem ocidentalmente credível da vida tribal.

Como Stocking evidencia, algo de profundamente inovador se inicia com esta declaração de intenções: trata-se da aplicação do método experimental na antropologia social, cujas consequências são conhecidas. O que permaneceu na sombra foi o processo material da capacidade mágica, a escrita etnográfica:

Na etnografia, o escritor é o seu próprio cronista e historiador ao mesmo tempo, enquanto as suas fontes são, sem dúvida, facilmente acessíveis, mas também sumamente ardilosas e complexas; não estão incorporadas em documentos materiais fixos, mas no comportamento e memória de homens vivos. Na etnografia, é frequentemente enorme a distância entre o material em bruto da informação — tal como é apresentado ao estudante nas suas próprias observações, em declarações nativas, no caleidoscópico da vida tribal — e a apresentação final, autorizada, dos resultados. (*idem*: 4)

A escrita etnográfica exige, pela complexidade que lhe é inerente, um método. Persuadindo o leitor de o ter criado, Malinowski promove a etnografia a uma arte literária. Nas palavras de Stocking:

Apesar de Malinowski ter tentado formular “a magia do etnógrafo” como uma prosaica “aplicação de um número de regras de senso comum e princípios científicos reconhecidos”, o seu verdadeiro problema não era tanto dizer aos seus leitores como realizar essa última tarefa divinatória, mas convencê-los que tal poderia ser feito, e que ele o fizera.

[...] a sua própria experiência da experiência nativa deve tornar-se também a experiência do leitor — uma tarefa que a análise científica concedia à arte literária. (Stocking, 1983:106)

É o campo da textualidade do trabalho antropológico que vai tornar-se prolixo no desenvolvimento de uma atitude reflexiva na antropologia, que terá as baterias apontadas ao período moderno iniciado com Malinowski. A ênfase concedida às formas de escrita — objecto da síntese de Atkinson — é, contudo, uma subordinação precipitada a um momento de um trajecto mais complexo e mais rico, que me parece não justificar sinais de alarme pelo fim de uma prática científica adaptada ao quotidiano (Spencer, 1989), nem um atestado de inconsequência a esta atitude (Sangren, 1988). Como procurei transmitir neste trajecto, o problema não se situa ao nível da representação textual do conhecimento, mas é antes suportado pela emergência de novas referências epistemológicas despoletadas pelas abordagens interpretativas. O ano de publicação de *Writing Culture* (1986), base da síntese de Atkinson, é também o ano da publicação de duas propostas de reorientação dos estudos antropológicos: o texto de Fischer e Marcus, *Anthropology as Cultural Critique* e o de Turner e Bruner, *The Anthropology of Experience*.

4. Estes estudos têm em comum uma percepção da situação vivida nas ciências sociais, que é diagnosticada da seguinte forma:

O traço distintivo deste momento [...] é o abrir mão, entre comunidades científicas fragmentadas, quer de visões totalitárias específicas, quer de um estilo paradigmático de organizar a investigação. A autoridade dos estilos *grand theory* parece momentaneamente suspensa em favor da consideração detalhada de assuntos como a contextualidade, o significado da acção social para aqueles que a desempenham, e a explicação de excepções e indeterminantes, mais do que de regularidades, nos fenómenos observados — todos eles assuntos que tornam problemático aquilo que foi tido por garantido, como facto ou certeza, sobre os quais tem assentado a validade de paradigmas. (Fischer e Marcus, 1986: 8)

As estratégias envolvidas nas propostas de superação desta situação, que os autores (e colaboradores de cada um dos textos) assumem como experimentais e prospectivas, apresentam algumas especificidades. Assim, na sequência

de uma reconstrução da história da antropologia sob a ênfase das perspectivas interpretativas, Fischer e Marcus inscrevem na contemporaneidade da prática antropológica o “repatriamento da crítica cultural”. Nesta proposta, a abordagem reflexiva ocupa mais que um carácter meramente episódico, tornando-se programática. Os campos temáticos tomam como um objectivo central a exotização do familiar, demitindo a pertinência de um “eu” ocidental e um “outro” particularizado nas culturas do resto do mundo, introduzindo a necessidade de uma etnografia de processos globais e suas manifestações contextuais, devolvendo a intencionalidade participativa nos discursos sobre a própria sociedade à antropologia.

A antropologia da experiência sugere, por outro lado, a abordagem dos próprios processos reflexivos dos grupos sociais estudados, recuperando uma acepção revista do humanismo, procurando dar conta de uma abordagem de processos culturais tendo como ponto de referência “o ser humano que não apenas se envolve mas modela a acção” (Bruner, 1986: 5). A antropologia deverá, conseqüentemente, debruçar-se sobre expressões (representações, *performances*, objectificações, textos) que cristalizam experiências pessoais. Trata-se de analisar a cultura e a sociedade nas formas em que são vividas pelos membros do grupo, portanto, interpretar interpretações, assumindo o seu carácter dinâmico e problemático:

A antropologia da experiência vê as pessoas como agentes activos do processo histórico que constrói o seu mundo. Usando a expressão de Myerhoff somos “autores de nós próprios”. Do ponto de vista do “eu”, a organização social e a cultura não são dados, mas são problemáticos e sempre em produção. A mudança cultural, a continuidade cultural e a transmissão cultural ocorrem simultaneamente nas experiências e expressões da vida social. São processos interpretativos, tal como o são as experiências nas quais o sujeito se descobre a si próprio. (Bruner, 1986: 11)

5. Se é necessário ter presente o carácter prospectivo destas duas possibilidades de contornar impasses, é também necessário recuperar uma noção de reflexividade mais lata do que aquela proposta por Atkinson. Jay Ruby parte da definição do termo como “[...] consciência de estar consciente; pensar sobre pensar” (1982: 1). Desta perspectiva geral, dá-nos a seguinte definição da atitude na antropologia:

[...] O exame público da resposta do antropólogo à situação de campo, a inclusão de metodologia, e a sua participação na construção do relatório final [...]. O exame da forma pela qual os dados etnográficos são relatados torna-se também um acto reflexivo [...]. (Idem:19)

Através destas linhas, procurei manter esta perspectiva, tendo as correntes interpretativas (Rabinow e Sullivan, 1977) como pano de fundo desta abordagem na antropologia contemporânea. As novas propostas que aqui registei contemplam a reflexividade como ponto de partida para uma antropologia consciente dos diversos níveis em que a prática se entretetece, e das opções que cabem a cada autor. Cabe ao leitor interessado fazer o seu próprio percurso, para o qual, faço votos, estes textos contribuam, como uma primeira cereja que se come e que, como se sabe, nunca vem só. ■

## Referências Bibliográficas

- Atkinson, P. 1990 *The Ethnographic Imagination*. London, Routledge.
- Bruner, E.; Turner, V. (orgs.) 1986 *The Anthropology of Experience*. Chicago, Illinois University Press.
- Clifford, J.; Marcus, G.E. (orgs.) 1986 *Writing Culture — The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, University of California Press.
- Geertz, C. 1973 *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic Books.
- Malinowski, B. 1987 *Argonauts of the Western Pacific*. London, Routledge & Kegan Paul (1922).
- Marcus, G. E.; Fischer, M. 1986 *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago, Chicago University Press.
- Rabinow, P. 1977 *Reflections on Fieldwork in Morocco*. Berkeley, University of California Press.
- Rabinow, P.; Sullivan, W. M. (orgs.) 1979 *Interpretive Social Science — A Reader*, Berkeley, University of California Press.
- Sangren, P.S. 1988 "Rhetoric and the Authority of Ethnography", *Current Anthropology*, Vol. 29, 3.
- Spencer, J. 1989 "Anthropology as a Kind of Writing", *MAN*, N.S., 24.
- Stocking, G. 1983 "The Ethnographer's Magic — Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski", in G. Stocking (org.), *Observers Observed — Essays on Ethnographic Fieldwork*. Madison, University of Wisconsin Press.